

Collor diz que novo presidente deve conciliar

Porto Alegre — Ao destacar que o Brasil “precisa da união e da unidade dos seus filhos”, Fernando Collor de Mello disse ontem que “o futuro presidente, seja ele quem for, não pode radicalizar em momento algum; não pode estreitar as suas propostas em momento nenhum, porque ao futuro presidente caberá propor um programa de reconciliação nacional”.

“É fundamental ter espírito de solidariedade de amplo entendimento para salvar o País da grave crise em que as elites dirigentes colocaram o Brasil. É preciso fazer com que a sociedade brasileira se reconcilie com o Estado brasileiro”, acrescentou Collor na sua entrevista telefônica à rádio gaúcha da capital.

Ele entende que há um afastamento grande entre a população e Governo porque “o povo não acredita mais nas suas instituições, no Governo de um modo geral; há um abismo a afastar os interesses da sociedade com os interesses do Estado”. Para isso, ele acredita que o futuro presidente deva estabelecer e construir alianças “mas nunca, jamais, em tempo algum, alianças feitas em torno de interesses pessoais, de troca de cargos por vantagens ou posições no governo. Temos de levar em conta alianças que levem ao entendimento nacional para a retirada do País dessa crise e a conciliação da sociedade com o Estado”.

Collor lembrou que sua grande aliança “sempre foi com a sociedade civil, com o povo”. Observou não ser dono da verdade, nem ter preconceitos quanto a alianças desde que “sejam formadas em

torno de um ideal, de um projeto de construção nacional”.

Collor de Mello reiterou que o eixo de sua política econômica será o crescimento econômico com justiça e bem-estar social. “Na questão da dívida externa não se trata de saber quanto poderemos desenvolver após o pagamento da dívida externa, mas quanto poderemos pagar após garantirmos o nosso crescimento”.

Nesse sentido, se assumir a Presidência da República, ele pretende estabelecer “uma nova política de juros. Vamos renegociar a dívida externa em novos termos, com a descentralização da negociação dessa dívida”. Observou que não adianta reduzir parte do principal da dívida, como prevê o Plano Brady, se não se mudar o nível dos juros que irão recompor em poucos meses a dívida original. Para exemplificar, citou que “o Brasil devia em 1980, 50 bilhões de dólares, pagou até hoje 105 bilhões de dólares só de juros, sem amortizar nenhum centavo do principal e está devendo mais de 112 bilhões de dólares”.

Para Collor de Mello, existem três grandes problemas no País, que são a inflação, a corrupção e a miséria, e que irá combatê-los totalmente. Prometeu enxugar a máquina pública e dar o exemplo de austeridade a partir da Presidência da República.

A entrevista radiofônica de 40 minutos marcou o início da ofensiva que o candidato pretende fazer no Rio Grande do Sul no segundo turno da campanha.